

HISTÓRIA POLÍTICA E DITADURA MILITAR

DANIEL TREVISAN SAMWAYS

Mestrando em História (UFPR)



RESUMO

O presente artigo aborda a história política, enquanto referencial teórico possível para se analisar a ditadura militar, mais especificamente a censura à imprensa, no período de 1964 a 1985. Esse período foi marcado por um controle sobre os meios de comunicação, sobre o teatro e sobre o cinema, além da repressão cometida contra aqueles que se levantaram contra o regime de exceção. Pretende-se aqui demonstrar a validade da história política, pois esta foi criticada e afastada do meio acadêmico até meados dos anos 80. Considerada elitista e apegada ao superficial, foi substituída por modelos teóricos que privilegiavam o social e o econômico. Dessa forma, torna-se necessário uma análise de como a história política retorna ao meio acadêmico, agora renovada e com novos métodos de análise.

Palavras-chave: período militar, imprensa, ideologia, história política.

ABSTRACT

The present article approaches the political history, while possible theoretical reference to analyze the military dictatorship, more specifically the censorship to the press in the period that corresponds to the years of 1964 up of 1985. Period that was marked by a control to the media, to the theater and movies, besides the repression committed against those who opposed against the exception regime. It is intended here, to demonstrate the validity of the political history, because the same was criticized and moved away of the academic environment to the middle of the 1980's. Considered elitist and attached to the superficial, it was substituted by theoretical model that privileged the social and the economic. This way, it becomes necessary an analysis of how the political history returns to the academic environment, now modernized and with new analysis methods.

Keywords: military period, press, ideology, political history.

1 INTRODUÇÃO

O período militar, compreendido entre os anos de 1964 a 1985, foi ao longo dos anos analisado de diferentes formas pelos setores das ciências sociais. As abordagens privilegiavam o econômico, pois se entendia que o golpe era o resultado de uma longa luta de classes que culminou em abril de 1964 com a chegada dos militares ao poder, os quais, por esse modelo de análise, eram vistos apenas como representantes da burguesia e do capital, tanto nacional como internacional. O golpe seria apenas um fator superficial, entendido como resultado de uma disputa que atravessava as décadas da história nacional. Crises e mudanças na economia teriam proporcionado o acesso dos militares ao poder, para salvaguardar os bens de uma elite que estaria sendo prejudicada com tais rumos da economia. Outras análises favoreceram, além desses fatores internos, um golpe planejado e apoiado por setores internacionais que viam perigo no avanço do comunismo e do sindicalismo no Brasil e que esperavam por medidas necessárias para garantir a tranquilidade dos capitais aqui investidos. Seria uma conspiração da direita internacional aliada às elites nacionais. Além do apoio de organizações nacionais como o Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBES), que fizeram forte campanha contra o governo João Goulart, teria papel fundamental o apoio dos Estados Unidos para a concretização do golpe e da chegada da elite ao poder. Análises também deram destaque ao papel dos militares, que seriam uma força autônoma, que articularam o golpe com o apoio de setores civis da sociedade, mas que, ao assumirem o poder, instauraram um regime propriamente militar, em oposição a forças subversivas que estariam colocando em perigo a segurança nacional.¹

O que se pretende questionar é a possibilidade de realizar um estudo sobre o período militar, as causas e o desenvolvimento, sem analisar propriamente o político, tido por parte da historiografia como a superfície de estruturas mais longas, seja a econômica ou a social. Entende-se aqui que tal abordagem, excluindo o político, não daria conta da realidade do que foi esse momento de nossa história. A preeminência

¹ Para um melhor esclarecimento a respeito da diversidade de análises e interpretações sobre o regime militar, ver o artigo de Lucília de Almeida Neves Delgado, 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 15-28. Ver também: FICO, Carlos. **Além do golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

do modelo proposto pela escola dos *Annales*, que destaca o econômico e o social, acabou por levar a rejeição da história política, tida por March Bloch e Lucien Febvre como meramente descritiva². Nesse sentido, a história política foi colocada à margem das análises sobre o período, predominando na academia, trabalhos ligados aos *Annales* ou ao marxismo. Ao optar pela história política, entendida como um campo teórico que se renovou ao longo das últimas décadas, faz-se necessário uma análise desse modelo, suas especificidades, seus objetos e, por fim, sua defesa, pois esta deixou de ser a que foi criticada pela história que surgiu nos fins da década de 20, sendo essa crítica hoje, injusta.

Não se pretende, dessa forma, excluir o papel de forças econômicas e sociais, mas demonstrar a importância do político, das ideologias, das paixões e dos comportamentos políticos.

2 HISTÓRIA POLÍTICA: CRÍTICAS E RENOVAÇÕES

A história política, dedicada ao estudo de reis, batalhas, governos, foi a história praticada no século XIX e início do XX. Apegada ao factual, ao brilho que emanava do Estado, a narrativas cronológicas, em uma sucessão de nomes e datas, privilegiando aqueles que estavam no poder e ignorando, assim, aspectos importantes da estrutura social. Foi contra esse tipo de história que surgiu, em 1929, a revista dos *Annales*, propondo uma reformulação do campo histórico e trazendo novos objetos e novas formas de análise.

Buscando ir ao fundo das coisas, a nova história, nas palavras de René Rémond (2003, p. 16),

[...] considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história, que as iniciativas individuais.

Dessa forma, a nova proposta era a antítese do que era a história política, que se concentrava nos acidentes e circunstâncias da superfície, negando a articulação dos eventos com as causas mais profundas, segundo Marieta de Moraes Ferreira (1992, p. 265-271).

Possuidora de uma série de falhas, considerada anedótica, elitista, individualista, subjetiva, factual, psicologizante, a ponto de cair no

² FICO, Carlos, op. cit., p. 23.

idealismo, imaginando que vontades pessoais dirigem o curso das coisas, a história política foi considerada insuficiente pela nova história, que apresentava um programa, cujas propostas, ponto por ponto, seriam exatamente o contrário da história que almejavam liquidar³. Iniciara-se uma nova maneira de compreender a história. Agora baseada nos fatores econômicos e sociais, privilegia as grandes massas, em vez de reis e governantes; dá ênfase a estruturas mais longas em descrédito ao fato político, tido como relevante; busca novos temas, antes deixados de lado pelo político; privilegia novos sujeitos na história, atribuindo valor a novos tipos de documentação, que, em certa maneira, contribuíram para um avanço e uma melhoria da pesquisa histórica. O documento deixa de ser apenas aquele vindo do Estado, para se transformar em todo vestígio deixado pelo homem, contribuindo para se compreender o passado. Dessa forma, as inovações trazidas pelos *Annales* foram importantes para a disciplina histórica, assim como, para um melhor entendimento do passado, agora composto de pessoas comuns, não somente de reis e batalhas. Todavia, essa rejeição à história política se deu não apenas contra uma maneira de se fazer história, mas principalmente por uma concepção da realidade, do político.

Para os novos historiadores dos *Annales*, a realidade não estava no político. Entendiam, conforme René Rémond (2003, p. 19) que a “[...] política não passava de uma coisa na superfície da realidade.” Dessa forma, o político era visto como algo que excluía outros atores da história, deixando de lado a grande massa da população, os trabalhadores, pessoas comuns, que eram oprimidos por um Estado que não passava da vontade de uma classe dominante.

Concentravam-se as análises sobre os “esquecidos” da história e sobre fatores econômicos e sociais que garantiriam uma concepção mais condizente com a realidade. O Estado e a política foram, assim, deixados de lado pela historiografia iniciada no final da década de 20; eram apenas a mera superfície de uma estrutura muito maior. Contudo, verificar-se-ia, já no final da década de 70, que o político pode ter um papel significativo na sociedade.

Com a experiência das guerras, cujo desencadeamento não pode ser explicado unicamente pela economia, com a participação cada vez maior das relações internacionais na vida interna dos Estados, mostrou-se que a política exerce um poder sobre o destino dos povos. Esses fatores, para René Rémond (2003, p. 23-24), “[...] contribuíram para dar crédito à

³ RÉMOND, René, op. cit., p. 18.

idéia de que o político tinha uma consistência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social.” O político voltava a demonstrar que exercia influência sobre a vida das pessoas. Essa percepção da realidade pode explicar o ressurgimento das análises voltadas ao estudo do político, enquanto fator importante de uma sociedade, pois o aumento de atribuições que não faziam parte das responsabilidades do Estado, como remediar desgraças, amparar pessoas em necessidade, legislar e regulamentar diversos assuntos, interferir na produção, demonstrou que, se a interferência de grupos de pressão podem interferir na política e decisões políticas podem mudar o curso da economia.

Além das mudanças ocorridas na política e de uma nova percepção da realidade, salientam-se as mudanças ocorridas dentro da própria disciplina. O contato com outras disciplinas, como a Ciência Política, o Direito, a Sociologia, a Psicanálise, a Lingüística, e aliada às críticas que sofreu, a história política encontrou uma renovação em nomes como René Rémond, Serge Berstein, Jean-Pierre Rioux, Philippe Levillain, Michel Winock e Antonie Prost, possibilitando, como afirma Marieta de Morais Ferreira (1992, p. 267), “[...] o uso de novos conceitos e técnicas de investigação, bem como a construção de novas problemáticas.”

A história política deixava de ser aquela dos reis e dos tronos, para abordar o estudo da participação na vida política, dedicando sua análise a processos eleitorais, mídia, ideologias, partidos, culturas e comportamentos políticos, incorporando também aqueles que seriam os excluídos da história e não sendo mais elitista ou individualista. Essa renovação, para Serge Berstein (1998. p. 349), significa trabalhar num campo em que os profetas dos *Annales* lançaram seu anátema. Afirma ainda esse autor que

[...] é no quadro da investigação, pelos historiadores do político, da explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história, que o fenômeno da cultura política surgiu como oferecendo uma resposta mais satisfatória do que qualquer das propostas até então.

Em respostas às críticas sofridas, de que a história política se dedica tão-somente ao efêmero, à superfície das coisas, sem análises mais profundas, René Rémond (2003, p. 34) considera que essa oposição não leva em conta a pluralidade dos ritmos que caracterizam essa nova maneira de se fazer história, que articula o contínuo e o descontínuo, o instantâneo e o extremamente lento. Rémond entende que existem fatos que correspondem a datas precisas, como golpes de Estado e datas de

revolução. Outros que ainda correspondem a períodos médios, correspondentes a uma década ou mais, no caso, regimes e partidos políticos. Há ainda, períodos mais longos, pois, “[...] se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração.”

O retorno da história política, confirmado no final da década de 80, não pretende, todavia, isolar o político de outros aspectos da sociedade, tornando-o mais importante que outros. Pelo contrário, busca uma interação com outras dimensões do social e da existência individual, ligando-se a outros aspectos da vida coletiva e não constituindo um setor separado. A história política não pode fechar-se sobre si mesma, nem contemplar unicamente seu objeto. Deve, pelo contrário, no entender de René Rémond (2003, p. 35-36), fazer relação, tanto com o econômico quanto com o cultural e o ideológico.

A história política demonstra, dessa forma, que o político não pode ser considerado como mero reflexo de outras instâncias, como o econômico. O político tem uma existência própria que pode influenciar outros aspectos da sociedade. De acordo com ROSANVALLON, Pierre (1992, p. 269), é o lugar em que se articula o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete por sua vez.

Consolida-se o retorno de uma história, que após inúmeras críticas, aprendeu com isso, recebeu contribuições de outras disciplinas e, certamente, contribui para o avanço da pesquisa histórica.

3 A HISTÓRIA POLÍTICA: NOVOS OBJETOS

A história política passou por uma renovação ao longo do século XX. Pode-se afirmar que, além da própria maneira de se fazer história, mudaram também os objetos dos historiadores. Antes interessados apenas na história dos reis e tronos, têm agora uma pluralidade de objetos que podem ser analisados pela ótica da história política. O estudo de objetos como a mídia, a cultura política, os intelectuais e a ideologia, por exemplo, vem ganhando importância dentro do campo do político e pode contribuir para uma melhor análise de períodos recentes como a ditadura militar no Brasil.

O período militar foi marcado por uma sucessão de fatos políticos que merecem destaque. Entende-se que datas específicas marcaram o início de períodos mais repressivos em nossa história. O próprio golpe em 64 não deve ser analisado exclusivamente pelo viés econômico.

Merecem atenção as disputas políticas, os interesses individuais, a atuação de partidos políticos, da mídia, os acordos feitos, enfim aquilo que remete ao político. Além de caracterizar-se por um período de crise econômica, o momento anterior ao golpe foi sem dúvida marcado por uma grande efervescência na política.

Ao longo do período, houve momentos de intensa repressão, de controle dos meios de comunicação, das diversões públicas e dos centros de ensino superior. Com mudanças nas leis, com decretos e atos, montou-se um verdadeiro aparato repressivo, seja na segurança ou na informação, formando e completando os pilares para uma utopia autoritária⁴. A importância da história política encontra-se em analisar justamente esses momentos em que um evento particular pode determinar mudanças na sociedade, como o AI-5, a Lei de Imprensa, a Constituição de 1967, a Lei de Segurança Nacional (no mesmo ano), além de decretos secretos e uma série de atos institucionais, demonstrando um poder que vinha de cima, reprimindo, prendendo e torturando. Era um poder que censurava e que tentava encobrir a realidade dos fatos, emitindo normas a serem seguidas pela imprensa, com assuntos proibidos, prendendo jornalistas, e, em contrapartida, criando um material que mostrava o Brasil de uma outra forma, mais positiva, um Brasil que ninguém seguraria, ou um país que deveria ser amado. Montou-se um grande aparato de vigilância e segurança, o qual inseriu nossa nação em um longo período de intensa repressão.

Nesse período, a mídia sofreu grande repressão por parte do governo, tendo suas páginas censuradas, com a participação de censores nas redações ou com o envio de material a ser analisado por censores em Brasília. A censura foi um dos aparatos utilizados, para que notícias que iriam contra o governo e contra a “Revolução” não chegassem ao conhecimento da população. Apesar do controle, houve jornais que veicularam assuntos considerados “subversivos” pelos militares. Muitos ainda tiveram grandes prejuízos financeiros com a censura.

Mas em que sentido a mídia pode ser política? Pode-se fazer um estudo político sobre a mídia?

Entende-se que os meios de comunicação não são propriamente políticos, entretanto podem tornar-se políticos por sua destinação, ou seja,

⁴ O termo “utopia autoritária” foi usado por Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro afirmam que os militares se julgavam “superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral.” In: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Visões do golpe**: a memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 9.

instrumentos que são transformados em armas, segundo René Rémond (2003, p. 441). No período militar, alguns veículos adquiriram um caráter político, pois se posicionaram contra o regime, ou, em outros casos, fizeram a propaganda do governo, com policiais trabalhando como jornalistas.⁵

Ao analisar a imprensa no período militar, faz-se necessária sua relação com o poder, seja aquela que se opõe a ele, quanto aquela que o apóia. Nesse sentido, a história política pode fornecer bons questionamentos no intuito de analisar não somente a mídia em si, mas também suas ligações, além de seus proprietários e jornalistas. Carregados de uma ideologia, seja qual for, proprietários de jornais tendem a expressar em suas páginas seus ideais e suas visões de mundo. Como afirma Ciro Marcondes Filho (1989, p. 11), “[...] criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos ou grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações.” Dessa forma, proprietários buscam tornar públicas suas opiniões acerca de assuntos ligados à política, economia, padrões morais, entre outros. O destaque aqui se confere à política e ao uso político que é feito de um meio de comunicação. Em muitos casos, não é apenas um indivíduo expressando suas opiniões, mas ainda todo um grupo que encontra ali espaço para divulgá-las, como, por exemplo, no caso do editorial do jornal *Correio da Manhã*, de 1º de abril de 1964, intitulado “Fora!”, no qual afirmava (apud FICO, 2004, p. 324) que

[...] a nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais um tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart que não a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia!

Um veículo de comunicação percebe-se como representante de uma vontade nacional, imbuído de tornar públicos os anseios de toda uma nação. Não se deve pensar a imprensa como algo neutro dentro da sociedade, como entendem alguns, mas sim buscar seu aspecto parcial, subjetivo e entendê-la, de acordo com Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado (1980, p. XIX),

⁵ Para um melhor entendimento sobre os jornais que fizeram propaganda ao regime e para uma análise de como a censura foi instaurada no período militar, ver KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

[...] como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

Um veículo de comunicação pode tanto se expressar favorável a quem está no poder como contestá-lo, visando que o grupo ao qual representa o alcance.

Nessa relação imprensa e poder, Jean-Nöel Jeanneney (2003, p. 219-220) afirma que existem duas abordagens possíveis. A primeira, é buscar o dinheiro mais ou menos oculto que sustenta a mídia. Esse exemplo torna-se interessante, pois, muitas vezes, o poder público e setores privados remetem dinheiro à imprensa, com o intuito de que matérias favoráveis ou atacando inimigos sejam publicadas. A segunda abordagem consiste em ver a própria estrutura de um veículo, como as coisas funcionam nos bastidores, as influências que levam ao nascimento, vida e morte de programas, afastamento e nomeação de diretores e jornalistas e os incidentes internos que fazem, como afirma Jeanneney (2003, p. 219-220), “[...] a máquina ranger e mostrar suas engrenagens.” Esses exemplos devem ser analisados sempre que se tome a imprensa como fonte ou mesmo como objeto de análise. Questionar o porquê do destaque a determinado assunto, o porquê de sua veiculação na capa, ou apenas como uma nota no interior do jornal, seus anunciantes, o posicionamento ideológico frente a questões importantes da sociedade, e não somente o produto, mas também seus produtores. Para o mesmo autor (2003, p. 222), o estudo dos meios de comunicação deve “[...] enriquecer-se com um estudo da ‘socialização’ dos homens, na formação de suas opiniões ao longo de seu itinerário particular.”

Entende-se aqui que os meios de comunicação são espaços de grandes fermentações intelectuais, espaço de sociabilidade entre jornalistas e diretores, espaço de adesões e exclusões, advindas de posições tomadas, da afetividade, dos debates suscitados, sendo um lugar precioso para se compreender o movimento das idéias, conforme observa Jean-François Sirinelli (2003, p. 249).

O estudo da mídia pelo viés político pode desvelar aspectos importantes da sociedade, pois não se pode pensar a mídia em separado do meio social, ou isenta de paixões ou interesses, ao divulgar determinado assunto. Não se pode ignorar a utilização da imprensa pelo poder e quando este busca controlar a informação, criando impedimentos à liberdade de expressão, prática comum em regimes autoritários, que buscam silenciar vozes dissonantes.

Outro aspecto que pode contribuir para um melhor entendimento sobre o período militar é o estudo das paixões políticas e o papel das ideologias dentro da sociedade. Esse período foi marcado por um acirramento das disputas ideológicas, em que o conflito não se localizou apenas no meio social, mas também no campo das paixões e das ideologias políticas. O Estado buscou invalidar ideologias opostas àquelas propostas pela “utopia autoritária” no sentido de assegurar a “manutenção da ordem”. Todavia, essa manutenção não se deu apenas na repressão e no uso da violência pelo Estado, mas ainda na produção de um discurso que tornou inválida qualquer outra forma de pensamento acerca da organização do Estado.

O conflito social é potencializado por uma produção ideológica que visa interiorizar nos indivíduos uma forma de comportamento perante o diferente. Pierre Ansart (1978, p. 12) aborda a questão de como a ideologia e a paixão política podem potencializar as energias dentro de um confronto. Para ele, deve-se analisar como a

[...] violência simbólica pode transpor um conflito social e contribuir para a sua conformação, de que modo pode mobilizar as energias e participar diretamente no desenvolvimento dos confrontos, de que modo intervém para interiorizar o conflito através dos diferentes agentes sociais.

É importante não isolar a mensagem e separar a linguagem de suas condições de produção. Seria a relação entre a teoria e sua propaganda que dá eficiência ao discurso. A teoria será ineficaz, se não for divulgada, e a propaganda só é válida enquanto propaga mensagens inteligíveis. Essa produção, porém, não se dá apenas por meio de textos escritos, mas também por imagens, cartazes, caricaturas. Sendo assim, esses símbolos estão presentes na vida cotidiana. Em períodos autoritários, essa produção torna-se mais visível, pois os apelos ao nacionalismo e ao combate ao inimigo interno são, em certa medida, mais intensos, o que não exclui essa produção em momentos democráticos. Nesse sentido, convém não isolar esse sistema intelectual de seu contexto histórico, sendo necessário, pelo contrário, percebê-lo como conjunto de linguagens políticas de uma sociedade.

A ideologia política pretende, ao elaborar um discurso tomado como único legítimo e ao mesmo tempo invalidando o inimigo, dar um sentido à sociedade, justificando atos e propondo um fim a ser alcançado, entendido como o único possível. Proclamam-se, assim, os legítimos detentores da autoridade, aqueles que estão aptos a ocupar tal posto, conduzindo a sociedade para o bem comum, os quais proclamam verdades que justificam

atos, atribuindo sentido à ação. Interpreta-se o passado, segundo seus interesses, buscando evidências que confirmam verdades e atos do presente, que irão dar um sentido a finalidades coletivas.

Na observação de Pierre Ansart (1978, p. 35-38), tem-se, como exemplo, a diferença entre ideologia liberal e revolucionária, em que a liberal exalta a força da tradição, mostrando a superioridade do presente, em oposição à revolucionária, que percebe no passado a opressão das classes dominantes sobre as inferiores e que no presente deve ser superada.

Uma ideologia pode, nesse sentido, justificar posições sociais, em que cada um tem seu respectivo lugar, comprovando as razões de quem detém a autoridade, invalidando outras possibilidades, encontrando falhas no discurso inimigo e expondo as razões de sua ilegitimidade.

A adesão a uma ideologia implica relação de afetividade, um caráter apaixonado na política, pois reconhece nela algo extremamente legítimo. A ideologia não se coloca simplesmente como obediência, mas como confiança, disciplina, uma adesão sincera. Identificar-se em uma ideologia acarreta admiração, confiança em seus líderes, defendê-la com paixão, em contrapartida da negação da ideologia inimiga, pela qual se sente repulsa, ódio, desprezo, algo que se deve combater com todas as armas.

O período militar foi marcado por um acirramento das paixões na política, em que os oficiais e alguns setores da sociedade civil assumiram o discurso do combate ao comunismo, buscando eliminar aqueles que representavam um perigo à segurança nacional. Cabe ressaltar, nesse caso, a aceitação de grande parte da sociedade civil ao golpe militar e, posteriormente, a ajuda que muitas pessoas prestaram ao governo, denunciando subversivos, pois entendiam que estavam prestando um grande serviço à nação, à segurança do País contra os perigos do comunismo.

Não se pode omitir a produção, por parte do governo, de material que apontava para os perigos dos subversivos e de sua ideologia, sendo necessário combatê-la de todas as formas, como nos cartazes com fotos de terroristas: "Terroristas procurados, ajude a proteger sua família, avise a polícia", ou "Para sua segurança coopere, identificando-os, avise a polícia", anunciando que muitos "assaltaram, mataram e roubaram"⁶. A construção desse discurso por parte do governo, visava interiorizar nas pessoas a repulsa e o medo pelo inimigo, incentivando-as para que

⁶ Cartazes do governo de 1970.

contribuíssem com o Estado, denunciando os que se lançaram na oposição ao governo.

Dessa forma, torna-se pertinente estudar o período à luz da história política, utilizando-se os conceitos de ideologia e paixões políticas, que podem contribuir para um melhor entendimento da ditadura militar. Ao se analisar um período entendido como autoritário, não se pode deixar de lado o caráter apaixonado desses embates políticos e lembrar, como afirma Pierre Ansart (1978, p. 46), que “[...] toda energia das paixões pode ser investida no conflito ideológico e comunicar-lhe a mais extrema violência.”

Buscando deslegitimar e suprimir o discurso inimigo, o governo criou medidas para censurar a imprensa, além das que foram criadas para vigiar, prender e torturar os que se colocaram contra a “Revolução de Março”. Deve-se lembrar que a utilização de uma ideologia, para se combater um inimigo, pode transformar-se em uma arma perigosa, levando a momentos autoritários e de ausência de liberdade e justificando torturas e extermínios. A história é testemunha disso.

REFERÊNCIAS

ANSART, Pierre. Ideologias, conflitos e poder. Tradução de Aurea Weissemberg. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Visões do golpe**: a memória militar de 1964. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: visões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

JEANNENEY, Jean-Nöel. A mídia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre ; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

Rosanvallon, Pierre. Pour une histoire conceptuelle du politique. Apud FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "velha história": o retorno da história política. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Artigo recebido em 3/10/2007.
Aprovado para publicação em 2/11/2007.